

INCLUSÃO DIGITAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAPÁ: uma análise à luz da Teoria dos Multiletramentos¹

DIGITAL INCLUSION AND REGIONAL DEVELOPMENT IN AMAPÁ: an analysis in light of the Multiliteracies Theory

Shintia Gabriela Medeiros da Silva²
Ângela Irene Farias de Araújo Utzig³
Hanna Patrícia da Silva Bezerra⁴

RESUMO: O presente estudo analisa a relação entre letramento digital e desenvolvimento regional no estado do Amapá, à luz da Teoria dos Multiletramentos. Parte-se do pressuposto de que a inclusão digital ultrapassa o simples acesso às tecnologias, envolvendo o desenvolvimento de competências críticas e sociais. O objetivo é compreender como o letramento digital contribui para a inclusão, a cidadania e o desenvolvimento sustentável, além de discutir as relações com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA). A pesquisa possui abordagem qualitativa, natureza documental e caráter descritivo. Os resultados indicam que, apesar dos avanços normativos, ainda existem lacunas na integração do letramento digital nas políticas públicas, sendo sua articulação fundamental para a redução das desigualdades regionais.

Palavras-chave: letramento digital; desenvolvimento regional; inclusão digital; multiletramentos; políticas públicas.

ABSTRACT: This study analyzes the relationship between digital literacy and regional development in the state of Amapá, based on the Multiliteracies Theory. It assumes that digital inclusion goes beyond mere access to technologies, involving the development of critical and social skills. The objective is to understand how digital literacy contributes to inclusion, citizenship, and sustainable development, as well as to discuss its connections with the National Regional Development Policy (NRDP) and the Amazon Regional Development Plan (ARDP). The research adopts a qualitative, documentary, and descriptive approach. The results indicate that, despite normative advances, there are still gaps in integrating digital literacy into public policies, making its articulation essential for reducing regional inequalities.

Keywords: digital literacy; regional development; digital inclusion; multiliteracies; public policies.

Data de apresentação: 14 / 05 / 2026.

1 Artigo apresentado ao curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Desenvolvimento Regional do Instituto Federal do Amapá como requisito para a obtenção do título de especialista.

2 Acadêmica do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Desenvolvimento Regional do Instituto Federal do Amapá. Email: gabriela.medeiros.arg@hotmail.com.

3 Orientadora, Pós-doutora em Ciências Jurídicas e Direito Público pela *Universidad de Las Palmas de Gran Canarias*, Espanha. Doutora em Direito. Docente do Instituto Federal do Amapá. Email: angela.utzig@ifap.edu.br

4 Coorientadora, Doutora em Ensino de Ciências. Docente do Instituto Federal do Amapá. Email: hanna.bezerra@ifap.edu.br.

1 INTRODUÇÃO⁵

O desenvolvimento regional brasileiro apresenta profundas desigualdades territoriais, que se expressam no acesso desigual às políticas públicas, à educação e às tecnologias digitais.

Na região amazônica, tais assimetrias são agravadas por fatores históricos, geográficos e socioeconômicos, resultando em baixos índices de inclusão digital e dificuldades de inserção produtiva (Brasil, 2024; PRDA, 2024).

Nesse cenário, a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como ampliação do acesso à internet ou distribuição de equipamentos. O desafio envolve, sobretudo, a formação de competências que permitam o uso autônomo, crítico e significativo das tecnologias digitais. É nesse ponto que o letramento digital ganha ainda mais importância, especialmente quando analisado à luz da Teoria dos Multiletramentos, que reconhece a multiplicidade de linguagens, contextos culturais e formas de comunicação presentes na sociedade contemporânea (Kalantzis; Cope, 2012; Nied, 2018).

Quatro entre dez brasileiros escolarizados têm dificuldade para lidar com tarefas básicas on-line (D'Maschio, 2025).

Dos pagamentos por pix às ferramentas de inteligência artificial, não dá mais para fugir do mundo digital na vida cotidiana. O fenômeno do alfabetismo digital também passou a ser observado pelo Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional), estudo que mede os níveis de alfabetismo funcional – ou seja, quando a pessoa sabe ler e escrever palavras simples, mas não consegue compreender, interpretar ou aplicar essas informações nas situações cotidianas (D'Maschio, 2025, parágrafo 2).

As dificuldades de pagamento pelo pix apontadas acima são só uma das inúmeras enfrentadas pelos analfabetos digitais em vários segmentos, desde tarefas domésticas tais quais anexar digitalmente, assinar eletronicamente um documento ou acessar um terminal eletrônico de banco, dentre muitas outras tarefas que deixam de ser realizadas de forma mais célere por esses cidadãos.

Isso precisa ser visto pelos governos com enorme preocupação, pois todo o atraso decorrente desse analfabetismo gera impacto negativo no desenvolvimento regional, visto que, em razão disso, muitos negócios também deixam de ser feitos, ou se são feitos, o são por meio de “atravessadores digitais” (aquela pessoa a quem o analfabeto digital recorrerá sempre que precisar usar um recurso digital). Desse modo, o analfabeto digital pagará por um serviço que, se ele tivesse letramento digital, deixaria de gastar com o “atravessador digital”.

Alfabetização pode ser entendida como o processo através do qual o indivíduo desenvolve a habilidade de ler e escrever de forma a usar este recurso como mecanismo de comunicação em seu ambiente de convivência. É através dela, também, que se consegue adquirir a habilidade de leitura, compreensão de textos e da linguagem de uma forma geral (Costa *et al.*, 2024, p. 40).

Se, por um lado, a alfabetização digital consiste no processo de desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita que possibilitam a comunicação

⁵A autora recorreu à ferramenta de inteligência artificial ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, exclusivamente para fins de revisão textual, sem interferência no conteúdo intelectual da pesquisa.

e a inserção social do indivíduo, por outro, o letramento digital refere-se ao desenvolvimento de competências necessárias para acessar, compreender, avaliar e utilizar criticamente as tecnologias digitais e as informações nelas disponibilizadas. Ratificando essa percepção, conforme aponta Roxane Rojo (2009), os letramentos digitais envolvem práticas sociais de leitura e produção em ambientes digitais, exigindo dos sujeitos competências múltiplas que ultrapassam o domínio técnico e incluem habilidades críticas, interpretativas e comunicativas.

Em contrapartida, a ausência ou insuficiência dessas competências configura-se como uma nova forma de exclusão social na era informacional. Para Mark Warschauer (2006), a exclusão digital não se limita ao acesso às tecnologias, mas envolve também a falta de habilidades e condições sociais para utilizá-las de maneira significativa, o que restringe a participação educacional, econômica e cidadã e contribui para a manutenção das desigualdades estruturais.

Dados recentes reforçam a dimensão desse desafio. No Brasil, a pesquisa TIC Domicílios 2023, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR), indica que, embora mais de 80% da população seja usuária de internet, persistem desigualdades relevantes quanto ao domínio de habilidades digitais, sobretudo entre pessoas com menor escolaridade, menor renda, residentes em áreas rurais e em faixas etárias mais elevadas. Entre os não usuários de internet, a maioria concentra-se na população com 60 anos ou mais, destacando a influência da idade na exclusão digital (CETIC.BR, 2023). Muitas dessas limitações envolvem dificuldades na realização de atividades como utilização de serviços públicos digitais, preenchimento de formulários online ou uso de ferramentas de produtividade.

Em âmbito global, a União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2023) estima que cerca de 2,6 bilhões de pessoas ainda não utilizam a internet, o que mostra que a exclusão digital permanece como obstáculo significativo ao desenvolvimento humano. Além disso, estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2019) demonstram que mesmo em países desenvolvidos há uma parcela considerável de adultos com baixo desempenho em resolução de problemas em ambientes digitais, revelando que o desafio das competências digitais ultrapassa a mera disponibilidade de infraestrutura.

Estatísticas recentes evidenciam a persistência do analfabetismo digital no Brasil. Embora o acesso à internet tenha se ampliado, apenas cerca de 30% da população possui habilidades digitais básicas, enquanto níveis intermediários e avançados permanecem restritos a uma parcela ainda menor (ANATEL, 2026). Assim, o analfabetismo digital não se restringe à ausência de acesso às tecnologias, mas envolve a incapacidade de utilizá-las de forma autônoma, crítica e eficaz, impactando diretamente as oportunidades de inclusão social, educacional e econômica.

Diante desse contexto, a superação do analfabetismo digital torna-se estratégica para o desenvolvimento regional. O Decreto nº 11.962, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabelece como finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da ampliação de oportunidades de desenvolvimento sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, a promoção da alfabetização digital alinha-se diretamente aos objetivos da PNDR, uma vez que o fortalecimento das competências digitais amplia o acesso à informação, às políticas públicas e às oportunidades produtivas, contribuindo para a redução das desigualdades territoriais e para a construção de um desenvolvimento mais inclusivo.

No entanto, para que tais objetivos se concretizem, é necessário incorporar o

letramento digital como dimensão estruturante das políticas de desenvolvimento, sobretudo em regiões como a Amazônia, onde as desigualdades tecnológicas tendem a reproduzir desigualdades históricas.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da inclusão digital no enfrentamento das desigualdades regionais, principalmente na Amazônia, onde o acesso às tecnologias ainda é muito limitado. E ao articular o letramento digital com o desenvolvimento regional, o estudo contribui para o debate acadêmico sobre cidadania, inclusão produtiva e sustentabilidade. Também analisa criticamente políticas públicas como a PNDR e o PRDA, destacando lacunas na promoção de competências digitais. Assim, reforça-se a importância do tema para a formulação de estratégias mais eficazes de desenvolvimento.

A motivação pessoal para a escolha do tema está relacionada às experiências vivenciadas no cotidiano, tanto no trabalho quanto na convivência social, onde se observam dificuldades no acesso e uso das tecnologias digitais. Essas limitações restringem oportunidades e a participação social, especialmente entre pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, o interesse se fortalece pela relação com a formação em Desenvolvimento Regional.

A considerar a problemática aqui esboçada, entende-se pertinente investigar, apoiada na Teoria dos Multiletramentos e demais suportes teóricos, com foco em buscar responder como o letramento digital contribui, ou não, com o desenvolvimento regional no Amapá, de modo a promover inclusão, cidadania e sustentabilidade, em face das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional?

Como meio de auxiliar a resposta do problema aqui proposto, foi formulado o seguinte objetivo geral: apresentar uma análise do letramento digital, destacando sua contribuição para o desenvolvimento regional na promoção da inclusão, da cidadania e da sustentabilidade.

Para mais bem orientar a composição capaz de responder o problema e explicitar melhor o objetivo geral, foram formulados os seguintes objetivos específicos: 1) Discutir as conexões e desconexões entre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o letramento digital; 2) Criticar o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia com base nas deficiências do Programa de Inclusão Produtiva; 3) Propor meios de melhorar a Política de letramento digital no Estado do Amapá alinhados à Teoria dos Multiletramentos.

Tal qual já mencionado, este trabalho adotou como principal fundamentação teórica a Teoria dos Multiletramentos e dentre esses, alinhada mais ao viés da pretensão científica da pesquisa, adotou-se a Teoria do Multiletramento Digital, como uma vertente específica, articulada diretamente à abordagem ampla defendida pela teoria-guarda-chuva que norteia o trabalho.

A Teoria dos Multiletramentos amplia a noção tradicional de letramento ao considerar a diversidade cultural e a multiplicidade de linguagens nas práticas sociais contemporâneas, destacando a necessidade de formação crítica para o uso das tecnologias digitais (Nied, 2018; The New London Group, 1996). Nesse contexto, o letramento digital é compreendido como prática social situada e processo formativo contínuo, voltado à promoção da autonomia, participação cidadã e inclusão produtiva (Damasceno; Oliveira, 2021; Nunes; Cardoso, 2025).

No Brasil, essa perspectiva é incorporada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza o uso crítico, ético e significativo das tecnologias digitais na educação. Contudo, apesar da relevância do tema, políticas públicas como a PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) ainda apresentam limitações na integração do letramento digital como eixo estruturante,

especialmente no atendimento às populações mais vulneráveis.

Assim sendo, o trabalho está composto por uma parte introdutória, três capítulos, a conclusão e as referências.

O primeiro capítulo, intitulado “Inclusão digital e desenvolvimento regional: conexões e desconexões da PNDR e o letramento digital à luz da Teoria dos Multiletramentos”, aborda a relação entre inclusão digital e desenvolvimento regional, analisando as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e suas articulações, ou lacunas, no que se refere ao letramento digital, à luz da Teoria dos Multiletramentos.

O segundo capítulo, denominado “Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia: conectividade no Brasil e no Amapá”, discute o cenário da conectividade digital, com ênfase no contexto amazônico e amapaense, a partir da análise do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2024–2027), expondo desafios estruturais e desigualdades no acesso às tecnologias digitais.

O terceiro capítulo, intitulado “Propostas de políticas de letramento digital no Estado do Amapá alinhadas à Teoria dos Multiletramentos”, apresenta propostas voltadas ao fortalecimento de políticas públicas de letramento digital no Estado do Amapá. Além disso, considera iniciativas já existentes no Estado que, de modo geral, não incorporam de forma consistente a perspectiva do letramento digital, demonstrando a necessidade de avanços nessa dimensão.

No que se refere à metodologia, a pesquisa é de natureza documental, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, sendo desenvolvida a partir da análise de documentos oficiais que tratam de políticas públicas e produções acadêmicas relacionadas à inclusão digital, ao letramento digital e ao desenvolvimento regional.

2 INCLUSÃO DIGITAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONEXÕES E DESCONEXÕES DA PNDR E O LETRAMENTO DIGITAL À LUZ DA TEORIA DOS MULTILETRAMENTOS

A crescente centralidade das tecnologias digitais nas dinâmicas sociais, econômicas e institucionais tem demonstrado o papel estratégico da inclusão digital como elemento estruturante do desenvolvimento regional. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação dos fluxos informacionais e pela consolidação da chamada sociedade em rede, o acesso às tecnologias da informação e comunicação deixa de ser um diferencial e passa a constituir condição básica para o exercício da cidadania, para a inserção produtiva e para a redução das desigualdades sociais e territoriais.

O letramento digital, nesse cenário, vai além do domínio instrumental de ferramentas tecnológicas. Trata-se de um conjunto de práticas sociais que envolvem o uso crítico e reflexivo das tecnologias, permitindo aos sujeitos não apenas acessar informações, mas também interpretá-las, produzi-las e compartilhá-las em diferentes contextos. Essa perspectiva amplia o entendimento da inclusão digital, deslocando-o de uma lógica meramente técnica para uma abordagem sociocultural e política (Rojó, 2009).

A relação entre letramento digital e desenvolvimento regional tem sido amplamente discutida na literatura, especialmente no que se refere à capacidade das tecnologias digitais de promover inclusão social, ampliar o acesso a direitos e dinamizar economias locais. Conforme aponta Souza (2025), a ausência de políticas estruturadas de formação digital contribui diretamente para a reprodução das

desigualdades regionais, uma vez que limita a participação de determinados grupos nos fluxos informacionais e nas oportunidades geradas pela economia digital.

Corroborando essa perspectiva, estudos institucionais, como os desenvolvidos pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR, 2023) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), indicam que regiões com baixos índices de letramento digital enfrentam maiores dificuldades de acesso a serviços públicos, educação e oportunidades de geração de renda, comprometendo os objetivos do desenvolvimento regional sustentável (Silva, 2023). Além disso, a limitação no uso qualificado das tecnologias digitais impacta diretamente a capacidade de inovação local, restringindo a competitividade de territórios periféricos frente às dinâmicas econômicas globais.

A análise das desigualdades digitais no Brasil também pode ser verificada a partir de dados empíricos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua TIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), embora o acesso à internet tenha se ampliado significativamente nos últimos anos, persistem disparidades regionais expressivas. A Região Norte, por exemplo, apresenta índices inferiores à média nacional, especialmente quando se consideram áreas rurais e populações de menor renda. Além disso, o acesso não garante, necessariamente, o uso qualificado das tecnologias, sendo comum a utilização restrita a aplicativos de comunicação e redes sociais, o que revela limitações no desenvolvimento de competências mais complexas de letramento digital.

Esse cenário revela que a exclusão digital não se manifesta apenas pela ausência de conectividade, mas também pela insuficiência de habilidades para o uso crítico e produtivo das tecnologias. Assim, as desigualdades regionais passam a ser reproduzidas também no ambiente digital, reforçando a necessidade de políticas públicas que articulem acesso, formação e inclusão socioproductiva.

De forma complementar, Milton Santos (2015) afirma que “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, destacando que o acesso desigual às tecnologias e à informação contribui para a fragmentação do território. Ainda segundo o autor, “o território usado é o chão mais a identidade”, o que reforça a necessidade de considerar as especificidades socioterritoriais na formulação de políticas públicas, especialmente, em regiões como a Amazônia, onde coexistem diferentes formas de uso do território e distintas realidades de acesso às tecnologias.

Nessa mesma direção, Manuel Castells (2009) destaca que “a sociedade em rede é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de informação e comunicação”. Nesse modelo, o poder, a produção e a sociabilidade passam a ser organizados em torno do acesso à informação e à conectividade. Com isso, populações excluídas dessas redes enfrentam maiores dificuldades de inserção social e econômica, o que comprova a centralidade da inclusão digital no debate sobre desenvolvimento.

No âmbito do desenvolvimento territorial, Sérgio Boisier (1996) afirma que “o desenvolvimento territorial depende da capacidade de organização social dos atores locais”, o que implica reconhecer que a inclusão digital e o letramento são elementos essenciais para o fortalecimento dessa capacidade.

No campo dos estudos de letramento, a ampliação conceitual também se mostra fundamental para compreender os desafios contemporâneos. Conforme Angela Kleiman (1995), “o letramento refere-se às práticas sociais que usam a escrita

em contextos específicos”, o que permite compreender o letramento digital como prática social situada, condicionada por fatores culturais, econômicos e territoriais.

Nessa mesma linha, Marisa Lajolo (2002) afirma que “ler não é decifrar, mas atribuir sentidos”, atestando que o uso das tecnologias digitais exige competências interpretativas que ultrapassam o simples acesso à informação.

Nessa mesma direção, Manuel Castells (2009) destaca que a sociedade em rede se estrutura a partir de teias informacionais operadas pelas tecnologias de comunicação, reorganizando as instâncias de poder, produção e sociabilidade em torno do acesso à conectividade. Sob essa ótica, a exclusão digital atua como uma barreira severa à inserção socioeconômica, isolando grupos marginalizados dos fluxos globais. Essa dinâmica ganha contornos específicos no âmbito do desenvolvimento territorial; afinal, como assevera Sérgio Boisier (1996), o avanço de um território está intimamente atrelado à capacidade de organização social dos atores locais. Portanto, a inclusão tecnológica e o letramento despontam não como meros acessórios técnicos, mas como ferramentas indispensáveis para robustecer essa articulação e o protagonismo comunitário.

Para além da necessidade de inserção nessas redes, compreender os desafios contemporâneos dessa dinâmica exige uma ampliação conceitual no próprio campo dos estudos de linguagem. Se, tradicionalmente, Angela Kleiman (1995) define o letramento como o conjunto de práticas sociais que utilizam a escrita em contextos específicos, transpor essa premissa para o cenário digital implica concebê-lo como uma prática social situada, indissociável das particularidades culturais, econômicas e territoriais de cada indivíduo. Essa apropriação tecnológica, por sua vez, exige ir além do domínio instrumental. Alinhada a esse pensamento, Marisa Lajolo (2002) pondera que ler não se restringe ao ato de decifrar, mas sim de atribuir sentidos. Logo, o uso reflexivo das tecnologias digitais demanda o desenvolvimento de competências interpretativas e críticas complexas, que superam a mera disponibilidade de acesso à informação.

A Teoria dos Multiletramentos amplia ainda mais essa discussão ao reconhecer a multiplicidade de linguagens, mídias e contextos culturais presentes na sociedade contemporânea. Conforme destaca Roxane Rojo (2009), “os multiletramentos dizem respeito à multiplicidade de linguagens e à diversidade cultural presente nas práticas de leitura e escrita”. Essa abordagem é especialmente relevante para contextos como o da Amazônia, caracterizados por grande diversidade sociocultural, onde as práticas comunicativas não se restringem à linguagem escrita tradicional, mas incluem expressões orais, visuais e digitais.

Complementando essa perspectiva, Ana Elisa Ribeiro (2018) afirma que “o letramento digital envolve práticas de leitura e escrita mediadas por tecnologias digitais, com diferentes graus de complexidade”. Tal compreensão reforça a necessidade de políticas públicas que promovam não apenas o acesso às tecnologias, mas também a formação crítica dos sujeitos, permitindo sua participação ativa nos ambientes digitais.

No âmbito das políticas públicas, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualmente, instituída pelo Decreto nº 11.962/2024 (Brasil, 2024), que estabelece diretrizes voltadas à redução das desigualdades territoriais, à dinamização econômica de regiões menos desenvolvidas e ao fortalecimento das potencialidades locais. Essa política encontra fundamento nos objetivos previstos no art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), especialmente, no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional e à redução das desigualdades sociais e regionais. Contudo, observa-se que,

apesar da política decorrer da inspiração constitucional, na prática, ainda persistem desigualdades regionais significativas, demonstrando a dificuldade de concretização dos objetivos previstos constitucionalmente.

Ao buscar promover maior equilíbrio territorial, a PNDR tem como objetivo central materializar o comando constitucional de construção de uma sociedade mais justa e solidária, por meio da articulação federativa e da implementação de políticas diferenciadas para territórios com baixo dinamismo econômico. Nesse cenário, a inclusão social e produtiva assume papel estratégico, especialmente, em regiões marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas, como é o caso da Amazônia.

Além disso, verifica-se que muitas iniciativas ainda se concentram na ampliação da infraestrutura tecnológica, sem considerar de forma adequada os processos formativos necessários para o uso significativo dessas tecnologias. Essa abordagem limitada compromete a efetividade das políticas públicas, uma vez que o acesso, por si só, não garante inclusão digital plena.

Essa lacuna revela uma desconexão entre o que está previsto na política e as demandas reais da sociedade digital contemporânea. Assim, embora a PNDR reconheça a importância da inclusão produtiva, ainda carece de uma abordagem mais robusta e estruturada do letramento digital, especialmente à luz da Teoria dos Multiletramentos, que considera as especificidades culturais, territoriais e comunicacionais dos diferentes grupos sociais.

A partir dessas discussões, torna-se possível identificar, de forma mais sistemática, as conexões e desconexões entre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o letramento digital. No que se refere às conexões, observa-se que a PNDR estabelece diretrizes voltadas à redução das desigualdades territoriais, à promoção da inclusão produtiva e ao fortalecimento das potencialidades locais, elementos que dialogam diretamente com a necessidade de ampliação do acesso às tecnologias digitais e de desenvolvimento de capacidades nos territórios.

Entretanto, as desconexões mostram-se mais evidentes quando se analisa a operacionalização da política. Apesar de reconhecer a importância da inclusão social e produtiva, a PNDR não incorpora de forma estruturada o letramento digital como eixo estratégico, limitando-se, em grande medida, à ampliação da infraestrutura e à promoção de inovação de forma genérica. Tal limitação revela uma compreensão ainda restrita da inclusão digital, dissociada das práticas sociais e culturais que caracterizam o letramento na contemporaneidade.

Sob a perspectiva da Teoria dos Multiletramentos, essa lacuna torna-se ainda mais perceptível, uma vez que a política não contempla, de forma consistente, a diversidade de linguagens, contextos e práticas socioculturais que marcam os diferentes territórios. Como destacam Roxane Rojo (2009) e Angela Kleiman (1995), o letramento deve ser compreendido como prática social situada, o que exige políticas públicas sensíveis às especificidades locais, aspecto ainda incipiente na PNDR.

Diante do exposto, constata-se que a inclusão digital, quando compreendida à luz da Teoria dos Multiletramentos, ultrapassa a dimensão técnica e se configura como um elemento estruturante do desenvolvimento regional contemporâneo. A análise da PNDR revela avanços no reconhecimento das desigualdades territoriais, mas também limitações significativas no que se refere à incorporação do letramento digital como eixo estratégico. Tal lacuna compromete a efetividade das ações voltadas à inclusão produtiva, especialmente em regiões como a Amazônia, onde as desigualdades históricas se entrelaçam com desafios de infraestrutura, acesso e formação.

Após a análise, torna-se necessário repensar as políticas públicas de forma integrada, indo além da ampliação da conectividade e incorporando o desenvolvimento de competências críticas e contextualizadas como elemento central. A incorporação do letramento digital como prática social situada, conforme defendem Angela Kleiman (1995) e Roxane Rojo (2009), permite avançar na construção de estratégias mais inclusivas e aderentes às realidades locais.

Assim, no contexto do Estado do Amapá, pensar o desenvolvimento regional implica reconhecer que a inclusão digital não pode ser tratada como política acessória, mas como condição essencial para a redução das desigualdades, para o fortalecimento das capacidades e para a consubstanciação dos objetivos fundamentais da República, de que trata o artigo 3º da CF/88, especialmente, os incisos II e III, que revelam a necessidade de se promover o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades regionais.

3 PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: CONECTIVIDADE NO BRASIL E NO AMAPÁ

O PRDA (2024–2027) constitui um dos principais instrumentos de operacionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo como objetivo promover a redução das desigualdades territoriais e fomentar o desenvolvimento econômico e social na região amazônica. A considerar as especificidades geográficas, sociais e econômicas da Amazônia, o plano reconhece a importância da inovação, da inclusão produtiva e do fortalecimento das capacidades locais como elementos centrais para o desenvolvimento regional.

No contexto contemporâneo, caracterizado pela consolidação da sociedade em rede, o acesso às tecnologias digitais tornou-se condição essencial para a participação econômica e social. Conforme destaca Manuel Castells, a compreensão desse cenário exige reconhecer o papel estruturante da informação e da conectividade nas dinâmicas sociais atuais:

A sociedade em rede caracteriza-se por uma estrutura social construída em torno de redes de informação, possibilitadas pelas tecnologias digitais. Nesse contexto, a geração, o processamento e a transmissão de informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder, redefinindo as relações sociais, econômicas e políticas em escala global (Castells, 2009, p. 505).

No cenário brasileiro, a conectividade digital tem avançado nas últimas décadas, impulsionada pela expansão da infraestrutura de telecomunicações e pela popularização de dispositivos móveis. No entanto, tais avanços não se distribuem de forma homogênea pelo território nacional. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD TIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), indicam que a Região Norte apresenta índices inferiores de acesso à internet em comparação com outras regiões, especialmente em áreas rurais e entre populações de menor renda.

Dessa forma, a conectividade inclusiva é um dos fatores que quando executada com eficiência, tenderia a reduzir as desigualdades no acesso à internet, ao possibilitar o alcance de oportunidades que vão da educação, ao emprego e à obtenção de renda a qualquer pessoa, já que é um direito de todos, do não vulnerável ao mais vulnerável, da cidade ao campo, do jovem ao idoso como participante ativo da sociedade digital. Capacitações são fundamentais para o alcance da cidadania digital. Entretanto, no Estado do Amapá, os desafios, apesar de visíveis, continuam

invisibilizados, tanto em relação à ampliação de acesso, quanto à qualificação de uso das tecnologias digitais.

Além disso, mesmo quando há acesso à internet, o uso das tecnologias digitais nem sempre ocorre de forma qualificada. Em muitos casos, limita-se a atividades básicas, como comunicação e entretenimento, o que comprova ausência de competências mais complexas relacionadas ao letramento digital. Esse cenário demonstra a compreensão de que a exclusão digital não se restringe à falta de acesso, mas envolve também limitações no uso crítico e produtivo das tecnologias.

Essa problemática pode ser analisada à luz das contribuições de Milton Santos, que destaca o caráter desigual da distribuição das tecnologias no território:

A globalização não se realiza de maneira homogênea sobre o território, mas, ao contrário, reforça desigualdades, uma vez que os sistemas técnicos e informacionais se distribuem de forma seletiva, privilegiando determinados espaços em detrimento de outros. Dessa forma, cria-se um meio técnico-científico-informacional que não é acessível a todos, aprofundando as disparidades regionais (Santos, 2015, p. 63).

No contexto específico do Estado do Amapá, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes. A combinação entre limitações de infraestrutura, isolamento geográfico e diversidade sociocultural contribui para a manutenção de desigualdades no acesso e no uso das tecnologias digitais. A presença significativa de comunidades ribeirinhas, rurais e tradicionais demanda políticas públicas que considerem as especificidades locais, especialmente no que se refere à inclusão digital e produtiva.

Diante desse cenário, o PRDA (2024–2027) reconhece a inclusão produtiva como um de seus eixos estruturantes, destacando a necessidade de promover inovação, geração de renda e fortalecimento das economias locais. No entanto, ao analisar de forma mais crítica a operacionalização dessas diretrizes, observam-se limitações importantes que comprometem sua efetividade.

Entretanto, apesar do reconhecimento da centralidade da inclusão produtiva, o letramento digital ainda não ocupa posição estruturante na operacionalização da política. O PRDA (2024–2027) reforça a necessidade de inovação e inclusão produtiva, mas apresenta limitações quanto à integração de estratégias efetivas de letramento digital, especialmente, voltadas às populações tradicionais e periféricas (Brasil, 2023).

Tal limitação revela uma fragilidade conceitual no próprio entendimento de inclusão produtiva adotado pelo Plano. Ao priorizar aspectos vinculados à geração de renda e ao incentivo à atividade econômica, o PRDA tende a negligenciar a centralidade das competências digitais na inserção produtiva contemporânea. Essa lacuna compromete não apenas a efetividade da política pública, mas dissona dos objetivos fundamentais da República, previstos no art. 3º da Constituição Federal vigente, principalmente no que se refere à redução das desigualdades sociais e regionais. Ao não assegurar condições equitativas de acesso e apropriação das tecnologias digitais, o Plano contribui para a manutenção das assimetrias estruturais, dificultando a plena inclusão produtiva das populações vulneráveis.

Essa crítica pode ser aprofundada a partir da compreensão de que o desenvolvimento regional depende da capacidade dos sujeitos de se apropriarem das ferramentas disponíveis. Nesse sentido, conforme destaca Sérgio Boisier:

O desenvolvimento territorial não depende apenas da disponibilidade de recursos materiais ou de investimentos externos, mas, sobretudo, da capaci-

dade dos atores locais de se organizarem, aprenderem e construir estratégias próprias. Sem essa capacidade, qualquer iniciativa de desenvolvimento tende a ser limitada e pouco sustentável (Boisier, 1996, p. 18).

Assim, a carência de políticas estruturadas de letramento digital compromete a efetividade das ações propostas pelo PRDA, uma vez que limita a capacidade dos sujeitos de participarem de forma ativa nas dinâmicas econômicas contemporâneas.

Além disso, ao não incorporar de forma estruturada o letramento digital, o plano reforça uma visão tecnicista da inclusão, centrada na ampliação da conectividade, mas desvinculada das práticas sociais que caracterizam o uso das tecnologias. Essa abordagem restringe o potencial transformador das políticas públicas, ao desconsiderar a dimensão sociocultural que estrutura as práticas de letramento na contemporaneidade. A crítica torna-se ainda mais relevante quando analisada à luz da Teoria dos Multiletramentos. Conforme aponta Roxane Rojo:

Os multiletramentos envolvem a consideração da diversidade cultural e da multiplicidade de linguagens presentes na sociedade contemporânea, exigindo dos sujeitos competências que ultrapassam a leitura e escrita tradicionais, incluindo a capacidade de interpretar, produzir e interagir em diferentes mídias e contextos (Rojo, 2009, p. 102).

Dessa forma, destaca-se que as deficiências do Programa de Inclusão Produtiva, no âmbito do PRDA, estão diretamente relacionadas à ausência de uma abordagem integrada que articule acesso, formação e uso significativo das tecnologias digitais. Essa lacuna compromete a capacidade do plano de promover desenvolvimento regional de forma inclusiva e sustentável.

No caso do Estado do Amapá, essa limitação assume contornos ainda mais críticos, uma vez que a baixa conectividade, aliada à ausência de políticas estruturadas de letramento digital, restringe as possibilidades de inserção produtiva da população. Assim, a efetividade das estratégias de desenvolvimento regional depende não apenas da expansão da infraestrutura digital, mas da implementação de ações que promovam o desenvolvimento de competências digitais contextualizadas às realidades locais.

Nesse sentido, impõe-se a necessidade de reestruturação do papel do letramento digital no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, especialmente no contexto amazônico, incorporando-o como eixo estruturante das estratégias de inclusão produtiva. Somente a partir dessa integração será possível promover um desenvolvimento regional que seja, de fato, inclusivo, sustentável e capaz de reduzir as desigualdades territoriais.

4 PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE LETRAMENTO DIGITAL NO ESTADO DO AMAPÁ ALINHADAS À TEORIA DOS MULTILETRAMENTOS

O Estado do Amapá apresenta especificidades territoriais e socioeconômicas que demandam estratégias próprias de inclusão digital. As grandes distâncias geográficas, a presença significativa de comunidades rurais e ribeirinhas e os persistentes desafios de conectividade evidenciam a necessidade de fortalecimento de políticas públicas de letramento digital alinhadas às diretrizes nacionais e às particularidades regionais. Nesse contexto, a formação digital apresenta-se como instrumento estratégico para o desenvolvimento, uma vez que amplia o acesso a mercados, fortalece cadeias produtivas locais e promove sustentabilidade social e econômica (Damasceno; Oliveira, 2021; Nied, 2018).

Diante desse cenário, propõe-se a implementação de políticas estruturadas baseadas na Teoria dos Multiletramentos, que compreende o letramento digital como um conjunto de práticas sociais que envolvem competências técnicas, críticas, interpretativas e comunicativas em ambientes digitais.

Experiências desenvolvidas em comunidades rurais no Norte e Nordeste do Brasil demonstram que metodologias contextualizadas de inclusão digital ampliam a autonomia e tendem a gerar impactos mais duradouros. Akhras (2010) defende que a aprendizagem situada, vinculada às práticas sociais e produtivas das comunidades, favorece apropriação significativa das tecnologias.

À luz desses pressupostos, torna-se fundamental compreender não apenas os fundamentos teóricos da inclusão digital, mas também as estratégias práticas capazes de materializar tais princípios nas realidades locais. Nesse sentido, a efetivação da inclusão digital requer a adoção de estratégias que considerem as especificidades socioculturais e produtivas do estado do Amapá.

Diante dessa necessidade, a primeira proposta deste estudo consiste na curricularização da extensão no âmbito do Instituto Federal do Amapá (IFAP), como uma das estratégias para a promoção do letramento digital em públicos socialmente vulneráveis. Considerando a verticalização do ensino e a atuação integrada entre ensino, pesquisa e extensão, o IFAP apresenta potencial estratégico para ofertar cursos de letramento digital voltados a microempreendedores individuais (MEIs), idosos, trabalhadores informais e pessoas com baixa escolaridade.

Assim sendo, propõe-se a inserção de programas de extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) técnicos, de graduação e pós-graduação, do Campus Santana do IFAP, contemplando ações formativas voltadas à segurança digital, utilização de plataformas de comércio eletrônico, acesso a serviços públicos digitais e educação financeira mediada por tecnologias.

Tal proposta contribui para o fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, conforme previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º, inciso III, do mesmo diploma legal, que estabelece a indissociabilidade entre essas dimensões como princípio estruturante da educação nacional.

Um estudo realizado por uma Universidade Federal na Região Amazônica demonstrou que ações extensionistas voltadas à capacitação em Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) contribuem significativamente para a ampliação das perspectivas de empregabilidade e inclusão social de participantes de baixa renda (Chaves *et al.*, 2023). Esses resultados evidenciam o papel relevante dos projetos de extensão universitária na promoção do letramento digital em comunidades socialmente vulneráveis. Ademais, programas direcionados à população idosa também apontam impactos positivos, como o aumento da autonomia digital, a ampliação das interações sociais e maior segurança no uso das tecnologias, reforçando a importância de metodologias participativas e contextualizadas (Arruda *et al.*, 2025).

Nesse sentido, tais evidências corroboram a viabilidade e a relevância da curricularização da extensão como instrumento estratégico de desenvolvimento regional. Essa iniciativa amplia as oportunidades de participação econômica da população, ao possibilitar que indivíduos digitalmente letrados estabeleçam relações comerciais, empresariais e socioeconômico ambientais com maior autonomia e segurança, acessem políticas públicas e atuem de forma mais competitiva na economia regional, contribuindo diretamente para o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

A segunda proposta refere-se à implantação de Centros Comunitários de Inclusão Digital em bairros periféricos e comunidades rurais. Esses espaços devem ser

estruturados com computadores, acesso à internet e acompanhamento pedagógico qualificado, funcionando em parceria com escolas, associações comunitárias e prefeituras. Além de promover inclusão social, esses centros podem atuar como polos de inovação local, estimulando o empreendedorismo digital e ampliando o acesso à qualificação profissional.

Experiências similares foram implementadas no âmbito do Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia, por meio da criação dos Centros Digitais de Cidadania Rural (CDCR), implantados em 30 comunidades rurais. Os resultados mostraram participação efetiva das comunidades, fortalecimento de práticas colaborativas e integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) aos processos educativos e produtivos locais (Santos *et al.*, 2023). A implantação desses centros demonstrou que, a inclusão digital quando articulada às demandas reais da comunidade, potencializa a autonomia do indivíduo e favorece o desenvolvimento socioeconômico sustentável. O modelo citado apresenta elevada possibilidade de adaptação à realidade amapaense.

A terceira proposta consiste na implementação de programas de formação digital voltados às cadeias produtivas estratégicas do Estado, como agricultura familiar e pesca artesanal. Esses programas devem capacitar produtores para a utilização de ferramentas digitais de comercialização, marketing em redes sociais, emissão de documentos fiscais eletrônicos e inserção em marketplaces. Essa integração entre tecnologia e produção local favorece a ampliação de mercados, fortalece a economia regional e reduz a dependência de intermediários, além de contribuir para o aumento da renda dos trabalhadores.

Essa proposta de integração encontra respaldo na abordagem da inclusão digital contextualizada, que defende o aprendizado situado no contexto social e produtivo dos participantes, por meio do desenvolvimento de projetos digitais vinculados às realidades locais (Akhras, 2010).

A quarta proposta envolve o fortalecimento da infraestrutura de conectividade aliado à formação crítica em Multiletramentos, superando a lógica restritiva de políticas centradas apenas no acesso tecnológico. Observa-se que muitas iniciativas governamentais se concentram na disponibilização de equipamentos e internet, sem contemplar a formação dos sujeitos para o uso crítico e reflexivo dessas tecnologias.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de que os indivíduos sejam capazes de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética (Brasil, 2018). Tal diretriz evidencia que a inclusão digital deve articular acesso e formação, promovendo autonomia e protagonismo.

No entanto, ao analisar o contexto do Amapá, identifica-se uma lacuna significativa na incorporação do letramento digital como eixo estruturante das políticas públicas. Apesar de existirem iniciativas pontuais, estas são insuficientes diante da complexidade das demandas regionais. Essa realidade evidencia uma dissociação entre o acesso às tecnologias e a capacidade de utilizá-las de maneira qualificada.

Dessa forma, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas integradas que articulem infraestrutura, formação e práticas sociais, alinhadas à Teoria dos Multiletramentos, condição essencial para a promoção de uma inclusão digital efetiva, capaz de impulsionar o desenvolvimento regional sustentável no Estado do Amapá.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como problemática central analisar de que forma o letramento digital contribui para o desenvolvimento regional no Estado do Amapá, sobretudo no que se refere à promoção da inclusão, da cidadania e da sustentabilidade, à luz da Teoria dos Multiletramentos.

A pesquisa desenvolvida ao longo do trabalho permitiu evidenciar que, no contexto amapaense, marcado por isolamento geográfico, limitações de infraestrutura e presença significativa de populações periféricas, rurais e ribeirinhas, o letramento digital se torna ainda mais estratégico do que em outras regiões do país. No Amapá, a ausência de competências digitais não representa apenas uma limitação técnica, mas um fator concreto de exclusão social, econômica e institucional.

Ao desenvolver o primeiro objetivo específico deste estudo, que consistiu em discutir as conexões e desconexões entre a PNDR e o letramento digital, verificou-se que, embora a política reconheça a necessidade de redução das desigualdades regionais, sua abordagem não alcança de forma adequada as especificidades territoriais da Amazônia e, em particular, do Amapá. A carência de estratégias voltadas à formação digital em contextos de baixa conectividade e vulnerabilidade social, revela uma lacuna significativa, que compromete a efetividade da política no território analisado. No Amapá, onde o acesso a serviços públicos, oportunidades de trabalho e mercados depende cada vez mais do uso de tecnologias digitais, essa negligência reforça cada vez mais processos históricos de exclusão.

Em relação ao segundo objetivo específico, ao analisar o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2024-2027) mostrou uma contradição ainda mais evidente quando confrontada com a realidade local. Embora o Plano reconheça a inclusão produtiva como eixo estruturante, suas diretrizes não se traduzem em ações capazes de enfrentar as barreiras vivenciadas pela população amapaense. Em comunidades ribeirinhas e rurais, por exemplo, a limitação de acesso à internet se soma à ausência de formação digital, o que impede que produtores locais utilizem ferramentas básicas de comercialização, acesso a crédito ou participação em políticas públicas digitais.

Nesse contexto, a exclusão digital não apenas restringe o acesso à informação, mas limita a capacidade produtiva destes indivíduos. Pequenos produtores, pescadores e trabalhadores informais vivem à margem das dinâmicas contemporâneas, não por ausência de potencial produtivo, mas pela falta de condições para acessar e utilizar tecnologias digitais. Dessa forma, o que se observa no Amapá é uma economia enfraquecida, na qual oportunidades de renda são perdidas ou mediadas por terceiros, reforçando relações de dependência e reduzindo a autonomia dos sujeitos.

Essa triste realidade mostra que a fragilidade da PNDR não é apenas conceitual, mas territorial, pois, ao não incorporar o letramento digital como eixo estruturante, o Plano desconsidera que, em Estados como o Amapá, a inclusão produtiva depende diretamente da capacidade dos indivíduos de se inserirem nos fluxos digitais que organizam a economia contemporânea. Com isso, a política acaba por não cumprir plenamente os objetivos fundamentais da República, especialmente no que se refere à redução das desigualdades sociais e regionais, contribuindo ainda que indiretamente, para sua reprodução.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, as propostas apresentadas neste estudo buscam justamente perceber as lacunas e contribuir com eventuais possibilidades, que, se concretizadas, minimizam atrasos sistêmicos no desenvolvimento regional amazônico e amapaense. A curricularização da extensão no âmbito do Instituto Federal do Amapá, a criação de centros comunitários de

inclusão digital e a formação voltada às cadeias produtivas locais representam estratégias que dialogam diretamente com as necessidades do Amapá. Ao priorizar metodologias contextualizadas e práticas sociais concretas, tais propostas possibilitam que o letramento digital deixe de ser um conceito abstrato e passe a atuar como um instrumento efetivo de transformação social e econômica.

Diante do exposto, conclui-se que, no Amapá, o letramento digital constitui elemento central para o desenvolvimento regional, na medida em que amplia a autonomia dos sujeitos, fortalece a inclusão produtiva e possibilita maior participação da população nos processos socioeconômicos ambientais, tripé básico do desenvolvimento sustentável. Contudo, tanto a PNDR quanto o PRDA ainda atuam a partir de uma lógica insuficiente para enfrentar os desafios locais, ao priorizarem a dimensão estrutural da conectividade em detrimento da formação dos sujeitos.

Assim, a minoração das desigualdades regionais no Amapá exige não apenas a ampliação da infraestrutura digital, mas a implementação de políticas que considerem o letramento digital como condição indispensável para o desenvolvimento. Sem essa integração, a tendência é que a exclusão digital continue operando como mecanismo de aprofundamento das desigualdades, limitando o potencial produtivo da população e comprometendo a construção de um desenvolvimento realmente inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

AKHRAS, Fabio Nauras. **Inclusão digital contextualizada para a inclusão social de comunidades isoladas**. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 19–27, jul./dez. 2010.

ANATEL. **Anatel atualiza metodologia de indicadores para medir as habilidades digitais dos brasileiros**. Brasília, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/anatel-atualiza-metodologia-de-indicadores-para-medir-as-habilidades-digitais-dos-brasileiros?utm_source=. Acesso em: 08 abr. 2026.

ARRUDA, Leonardo Farias de; BEZERRA, Leonardo de Souza; SILVA, Anna Gabrielly Cardoso da; NUNES, Victória Maria de Freitas; SILVA, André Frank Arruda; EULÁLIO, Maria do Carmo. **Programa de letramento digital para pessoas idosas: um relato de experiência**. *FisiSenectus*, Chapecó, v. 13, n. 1, 2025.

BOISIER, Sergio. **Desenvolvimento territorial e descentralização**. Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm. Acesso em: 03 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF:

MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024–2027**. Belém, PA: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CETIC.BR – CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023**. São Paulo: CGI.br, 2023. Disponível em: <https://cetic.br>. Acesso em: 12 fev. 2026.

CHAVES, Railda A.; TEIXEIRA, Rangel F.; SILVA, Zenaide C. da; VIEIRA, Alex de S. **Letramento digital como ação extensionista de uma universidade federal na Amazônia**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO (CSBC), 2023. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 1-10.

COSTA, Janmes Wilker Mendes; BRITO, Cleudeni Milhomem; SILVA, Glyciane Vieira da; OLIVEIRA, Ricardo Furtado de; SANTOS, Sidicleia Soares. **Nativos digitais, alfabetização e letramento: percepções sobre letramento e analfabetismo digital em uma classe de educação básica**. *Revista Amor Mundi*, Santo Ângelo, v. 5, n. 2, p. 39–46, 2024.

DAMASCENO, Mônica Maria Siqueira; OLIVEIRA, Ricardo Damasceno de, organizadores. **Tecnologias educacionais**. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.

D'MASCHIO, Ana Luísa. **Saber ler e escrever não garante autonomia no uso do mundo digital**. *Porvir*, 09 maio 2025. Disponível em: <https://porvir.org/alfabetismo-digital-inaf/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill. **Letramentos**. Melbourne: Cambridge University Press, 2012.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

NIED – NÚCLEO DE INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO. **Tecnologias digitais na educação: fundamentos e práticas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

NUNES, Rita Bezerra; CARDOSO, Maria Verônica Tavares Neves. **A teoria dos multiletramentos e sua contribuição para a formação pedagógica do estudante de Letras**. Revista FT, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-teoria-dos-multiletramentos-e-sua-contribuicao-para-a-formacao-pedagogica-do-estudante-de-letras/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

OECD. *OECD Skills Outlook 2019: Thriving in a Digital World*. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/df80bc12-en>. Acesso em: 12 fev. 2026.

OPENAI. *ChatGPT (modelo GPT-5.3)*, versão gratuita. Ferramenta de inteligência artificial. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 04 maio 2026.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS, Michelle Regina Alves dos; AMARAL, Marília Abrahão; SALES, Márcia Barros de; ALMEIDA, Leonelo Dell Anhol. **Letramento digital e participação docente no Ensino Básico: uma discussão sobre relações com a extensão universitária**. Ciência & Educação, Bauru, v. 29, e23028, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Sandro Pereira. **A inclusão produtiva como eixo de política pública de combate à pobreza e redução das desigualdades: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_277.pdf. Acesso em: 03 fev. 2026.

SOUZA, Josiane Fátima. **Letramento digital: desafios e possibilidades no ensino de língua portuguesa** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras, 2025. Orientadora: Prof.^a Dra. Mauriceia Silva de Paula Vieira.

THE NEW LONDON GROUP. **A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures**. Harvard Educational Review, v. 66, n. 1, 1996.

UIT – UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Facts and Figures 2023**. Genebra: ITU, 2023. Disponível em: <https://www.itu.int/en/mediacentre/Pages/PR-2023-09-12-universal-and-meaningful-connectivity-by-2030.aspx>. Acesso em: 12 fev. 2026.

WARSCHAUER, Mark. **Laptops and literacy: learning in the wireless classroom**. Cambridge: MIT Press, 2006.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde e pelas forças concedidas ao longo desta jornada acadêmica.

Ao Instituto Federal do Amapá, pela oportunidade de realização deste curso.

À Professora Doutora Ângela Irene, orientadora deste trabalho, pela dedicação, orientação e valiosas contribuições ao longo de todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa.

À Professora Doutora Hanna Patrícia, coorientadora, pelas contribuições e disponibilidade.

À coordenação do curso, na pessoa da Professora Doutora Rosângela Sarquis, pelo suporte institucional e compromisso com a qualidade da formação acadêmica.

Ao meu esposo, pelo apoio, compreensão e incentivo durante todo o curso, especialmente no período de elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

E à minha colega Thamires, pelo incentivo, apoio e palavras de motivação, que foram fundamentais durante a construção deste trabalho.